
DESIGUALDADES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: ANALISANDO CARACTERÍSTICAS DAS DIFERENCIAÇÕES SOCIAIS

INEQUALITIES AND SOCIAL STRATIFICATION: ANALYZING CHARACTERISTICS OF SOCIAL DIFFERENTIATIONS

RESUMO

Objetiva-se analisar os fatores que contribuem para a estratificação social e a divisão da sociedade em grupos desiguais, abordando conceitos e estudos relevantes ao tema. Trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica, com escopo de revisão em publicações nacionais e internacionais, buscando destacar as relações entre fatores econômicos, raciais, de gênero, de *status* e de localização geográfica. Os principais resultados indicam que as desigualdades sociais são multifacetadas, persistindo devido às estruturas econômicas e às relações de poder presentes nas sociedades. Conclui-se que o avanço nas pesquisas sobre estratificação social é fundamental para orientar ações de políticas públicas voltadas à redução dessas desigualdades.

Palavras-chave: estratificação social; desigualdades sociais; classes sociais; estratos sociais.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the factors that contribute to social stratification and the division of society into unequal groups, addressing concepts and studies relevant to the topic. This is a bibliographical study, with the scope of reviewing national and international publications, seeking to highlight the relationships between economic, racial, gender, status and geographic location factors. The main results indicate that social inequalities are multifaceted and persist due to the economic structures and power relations present in societies. It is concluded that advances in research on social stratification are essential to guide public policy actions aimed at reducing these inequalities.

Keywords: social stratification; social differences; social class; social strata.

1 Autor 1. Secretaria Estadual de Educação (SEE) Cargo/Função: Professor de Educação Básica E-mail: vlc74@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9017-2647> Contribuições: Pesquisa bibliográfica e escrita do artigo.

2 Autor 2. Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Campus Arcos Cargo/Função: Técnico em Assuntos Educacionais e Professor Voluntário no curso de Pós-Graduação em Docência do IFMG – Campus Arcos E-mail: claudioapessoal@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000.0002.4829.6272> Contribuições: Orientação durante a escrita do artigo e revisão final do manuscrito.

INTRODUÇÃO

O tema *estratificação social* tem sido recorrentemente discutido nas ciências sociais por autores clássicos e contemporâneos, seja em trabalhos já concluídos ou em pesquisas ainda em desenvolvimento. A partir da necessidade de se compreender como as desigualdades se manifestam na sociedade, este trabalho buscou apresentar alguns aspectos possíveis de modelos de estratificação e desigualdades sociais. Para se compreender a proposta de análise aqui apresentada, é necessário apresentar alguns questionamentos que nortearão o referencial teórico, como: o que são as desigualdades sociais? Como elas se apresentam? Qual a origem dessas desigualdades?

O processo de estratificação social pode ocorrer de diferentes modos e abranger segmentos pouco convencionais. Os estudos podem se concentrar na análise do *status*, das classes sociais, do mercado de trabalho, da religião, do capital social, da educação, do gênero, da raça ou da seletividade marital como sendo fatores que se apresentam como fomentadores das desigualdades sociais e da estratificação.

Como apresentado, são vários os questionamentos e possibilidades, de modo que para alguns existem respostas e soluções, mas outros ainda estão em análise e em debate. Contudo, este estudo, que se configura como uma pesquisa bibliográfica, apresenta algumas respostas a essas perguntas. Como importante auxílio teórico, autores como Bobbio (2001) e Bourdieu (1986; 2007) foram selecionados para a produção desse artigo.

A elaboração deste artigo teve origem na realização da disciplina isolada intitulada “Seminário de Estudos Avançados em Estratificação e Desigualdade Social”, ministrada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no primeiro semestre de 2022 pelo docente Jeronimo Muniz. Durante o desenvolvimento dessa disciplina, foi possível aprofundar o estudo de diversos referenciais teóricos relacionados ao tema, além de explorar bibliografia adicional de domínio do autor. Esse processo contribuiu para fundamentar as abordagens e conceitos apresentados neste trabalho, além de orientar a seleção das fontes utilizadas na construção da pesquisa. A experiência acadêmica proporcionou uma base sólida para a elaboração do artigo, que busca contribuir para o debate sobre desigualdades e estratificação social.

FUNDAMENTOS E CONCEITOS

Os conceitos de *igualdade* e *desigualdade* são abstratos e relativos; todavia, Norberto Bobbio introduz três questões que precisam ser observadas no contexto

da discussão: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação ao quê e com base em quais critérios?” (Bobbio, 2001, p. 97). As respostas para essas perguntas disponibilizarão os critérios para essas definições, mas na ausência de todas elas, alcança-se o princípio máximo do que pode ser considerado o princípio “igualitarista”.

Bobbio (2001, p. 99) relata que o princípio “a cada um de acordo com sua necessidade” é mais igualitário do que “a cada um segundo a sua posição”, demonstrando a contraposição existente em um Estado de Estamentos e um Estado Liberal.³

Portanto, uma doutrina igualitária ou um espectro ideológico derivado desta, que visa à diminuição das desigualdades sociais, é diferente do igualitarismo, que visa a igualar a todos e a tudo. De certa forma, todas as políticas visam à igualdade de algum modo e em algum nível.

Em boa parte da história houve contos, teorias e até experimentos nos quais a igualdade absoluta foi colocada em prática, apesar de existirem as desigualdades naturais. Contudo, é necessário ressaltar que o *status* relacionado a uma desigualdade social ou natural, esta que está ligada diretamente à origem do indivíduo ou à sua região de nascimento, é diferente da desigualdade que depende de uma capacidade. Por isso, a diversidade do *status* não pode ser ignorada quando o assunto é o tratamento disponibilizado pelos poderes públicos.

No âmbito político-social, Bobbio (2001, p. 99-100) define a Esquerda como mais “igualitária” e a Direita como mais “inigualitária”. O autor relata que a igualdade e a desigualdade pairam sobre todos os seres humanos, mas em condições diferentes. Quando o indivíduo enfatiza mais as características comuns que as incomuns, ele pode ser chamado de “igualitário”; mas, quando ocorre o contrário e o apego à diversidade se destaca, ele pode ser definido como “inigualitário”.

Os igualitários pressupõem que as desigualdades em sua maioria são sociais, e os inigualitários defendem que essas desigualdades são naturais. Pode-se dizer que a Direita se afeiçoa aos parâmetros naturais, e a Esquerda, ao artificialismo (construção social).

A partir dos argumentos expostos acima, fica clara a definição de dois tipos ideais, obtendo-se como base aqueles que são definidos como iguais (Esquerda) e, em contrapartida, como desiguais (Direita). Existe um processo dualista que definirá as bases do certo ou do errado por meio dos argumentos e

3 Lins (2018) descreve o Estado Estamental e o Estado Liberal como, no primeiro caso, “uma forma de organização política na qual o monarca, para conseguir apoio de determinados segmentos sociais, concedia-lhes direitos”, e, no segundo caso, “o exercício do poder estatal [...] limitado e regulado por normas jurídicas gerais, convertendo-se os súditos em cidadãos livres” (p. 13-14).

de quem analisa a questão. Como o próprio autor menciona, o igualitário procura minimizar as diferenças, já os inigualitários as maximizam.

Em outra perspectiva, os autores Davis e Moore (1945) defendem que o processo de *estratificação* social é algo natural em uma sociedade, pois existem exigências que estão ligadas a diferentes funções e, por escalonamento, existem posições diferentes também. Por esse motivo, é necessário que os indivíduos assimilem o desejo de ocupar certas funções. Alguns sistemas enfatizam a ocupação de certos cargos, enquanto outros, a importância de se desempenhar as funções ligadas a determinado cargo.

As posições sociais ocupadas pelos sujeitos possuem muitas diferenças. Por isso, há cargos que necessitam de retornos diferenciados (como recompensas), sendo esta a razão que dá origem à estratificação social. A partir dessa distribuição, observam-se recompensas, como a manutenção do conforto, a diversão, a expansão do ego e a manutenção do autorrespeito. A distribuição desses retornos deve ser proporcional às posições. Essa resposta está de certa forma intrínseca nas posições que são ocupadas. Esses são os benefícios de valor simbólico das funções. Nesse sentido, toda sociedade deve manter um nível de desigualdade para assegurar sua própria manutenção. Como resultado, a quantidade de desigualdade institucionalizada é relativa e muda de sociedade para sociedade.

No quesito *religião*, a disseminação de valores e o sentimento de pertencimento possibilitam o sentimento de unidade, acarretando a manutenção do sistema. Esses valores são caracterizados pelas três características dos fatos sociais que são descritas por Émile Durkheim (1895): exterior, coercitiva e generalista. A realidade religiosa é ligada ao simbolismo que está diretamente ligado ao concreto. Por isso, buscam-se retornos ligados aos fins, mas em vários segmentos os retornos e os privilégios não existem para a camada social religiosa situada nas baixas posições. Como exceção, o oficial religioso deve gozar de privilégios, pois ele se configura como o representante terreno da previsão divina. Isso se estende a alguns cargos religiosos, visto que em muitas teocracias, embora os sacerdotes e padres ocupem cargos de prestígio, a quantidade de competências técnicas necessárias para o desempenho dos deveres religiosos lhes pune com a perda do reconhecimento de poder total. Este cotidiano de tarefas clericais cria espaço para competições, pois a baixa formação e a subjetivação dos contatos divinos disponibilizam suas posições à livre concorrência dos cargos (com exceção ao cargo de papa, destinado somente a homens).

Em algumas sociedades, a posição mais elevada é ofertada aos representantes sacerdotais, tal como o era no modelo medieval de ordem social. Todavia,

se a sociedade não valorizar e não tiver excedentes para a valorização desse núcleo sacerdotal, seus membros devem exercer outras profissões, concomitantemente. Observa-se ainda que existe uma tendência de que, quanto mais uma sociedade evolui rumo à igualdade, menor é o controle religioso sobre ela. Isso ocorre porque, inversamente, a “estratificação é inerente à natureza das relações políticas” (Davis; Moore, 1945, p. 246, tradução nossa).⁴

Como mencionado por Weber (1946), a honra de *status* frequentemente demanda um estilo de vida específico dos que pretendem pertencer a um determinado círculo social. Por isso, existem restrições e expectativas sobre seus membros. Assim que esse estilo de vida se torna uma ação comunal e não uma imitação individual, pode-se dizer que houve o desenvolvimento de um *status*. O reconhecimento desse *status* é importante para que o indivíduo seja bem-sucedido nos ambientes que deseja participar. O autor descreve ainda que “o desenvolvimento do *status* é essencialmente uma questão de estratificação baseando-se na usurpação” (Weber, 1946, p. 188, tradução nossa).⁵

As bases da estratificação política abrangem práticas que objetivam evitar o poder político completo: número reduzido de titulares, representantes das vontades coletivas e não individuais, autoridade advinda do cargo, dentre outros. Assim, o retorno econômico se torna um dos principais índices de *status* social; o cargo atrai alta renda porque é profissionalmente importante, e não o contrário. Ademais, o mesmo deve ser diferenciado mediante bens de consumo e posse, pois estes geram prestígio. Em suma, o controle desigual de bens e serviços deve dar vantagens desiguais às partes de um contrato. Por essa mesma lógica, cargos que requerem conhecimentos técnicos são mais bem remunerados. A própria ordem social pode impor limites à deflação ou à inflação do prestígio dos especialistas que ocupam tais cargos para manter a ordem. Na medida em que a ordem social é verdadeiramente especializada, o prestígio do técnico deve ser circunscrito.

A seguir, apresentaremos características que criam variações nos sistemas estratificados: o grau de especialização, a natureza da ênfase funcional, a magnitude das diferenças ofensivas, o grau de oportunidade e o grau de solidariedade do estrato. Além dessas, outras que se relacionam às condições externas que influenciam o sistema de estratificação: o estágio de desenvolvimento cultural, a situação em relação a outras sociedades e o tamanho da sociedade.

4 [...] stratification is inherent in the nature of political relationships (Davis; Moore, 1945, p. 246).

5 The development of status is essentially a question of stratification resting upon usurpation (Weber, 1946, p. 188).

DEFININDO E PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE CLASSES SOCIAIS

Sorokin [1947]/(1979)⁶ designa como método de definição das classes sociais os vínculos ocupacionais e econômicos. As classes se diferem muito das castas e de outras formas de vinculação grupal, como tribos, família ou nação. As classes são fortemente solidárias e antagônicas em relação às outras classes. Os vínculos de cada classe distinguem-se nas ocupações e, por consequência, na riqueza e no *status*. Além das características econômicas e ocupacionais, é necessário que as classes estejam organizadas, pois, segundo o autor, elas não passariam de coletividades nominais. A partir dessa organização nasce a consciência de classe. Além disso, as classes reais devem propor os seus valores simbólicos, morais, os quais, como corolário, crescem na classe com a própria classe.

Os vínculos econômico e ocupacional exercem uma influência muito forte no *habitus* de seus pertencentes. As pessoas que exercem funções e possuem posições econômicas semelhantes se tornam bastante semelhantes nas faculdades comportamentais, culturais, físicas, morais e mentais. Isso se dá pela semelhança das atividades exercidas e pelo modo de vida similar, além dos fatores culturais específicos daquela classe em particular. Apesar disso, essas semelhanças não cobrem totalmente o caráter, abrindo espaço para que seus membros apresentem algumas diferenças. Outrossim, além dos vínculos apresentados anteriormente, não se pode esquecer do vínculo da estratificação.

É necessário atinar-se às semelhanças e às diferenças na análise, mas não as interpretar literalmente, pois pode ocorrer o obscurecimento das semelhanças dos membros de uma mesma classe. Diferenças mínimas não produzem nem solidariedade, nem antagonismo entre esses membros, não conduzindo à consciência de classe.

Sorokin (1979) divide a sociedade ocidental dos últimos três séculos da seguinte forma: os trabalhadores da indústria ou a classe proletária, a classe camponesa, a classe em decadência dos grandes senhores de terras, e a classe capitalista, que está se transformando em classe empresarial. Essas classes estariam divididas em subclasses, além de existirem outras classes menores.

O autor define a classe trabalhadora como sendo uma classe ocupacional, e inclui o proletário intelectual nessa definição. Essa classe encontra-se amparada para subsistir somente por meio da venda de seus serviços em um mercado

6 A data entre colchetes indica a data de publicação original da obra, que só será indicada na primeira citação da obra do autor no texto. Nas citações seguintes será indicada apenas a data (entre parênteses) da edição consultada para a realização deste artigo, o que valerá, se necessário, para todas as demais obras citadas.

inconstante e inseguro. Trabalhadores e proletários possuem pouca mobilidade social, com salários e renda baixos, se comparados com os das classes aristocráticas, dos capitalistas ou dos senhores de terras, e até mesmo com os de algumas classes médias. E, como terceiro parâmetro, o amparo mediante as leis e o maquinário jurídico é menor para os proletários do que para as classes superiores.

O trabalho do proletariado não permite que o indivíduo alcance um desenvolvimento cognitivo e intelectual, pois este é enfadonho, relativamente simples e repetitivo, além de não incentivar a criatividade, ser desagradável e anti-higiênico. Em contrapartida, a subordinação e a dependência em relação aos capitalistas são grandes. Descrição essa parecida com a análise de Thompson (1987, p. 347), que destaca, a partir de uma percepção pertinente, a “pressão provocada pela longa jornada dedicada a um trabalho insatisfatório, sob severa disciplina, visando a propósitos alheios”.

Ainda de acordo com Sorokin (1979), a aglutinação desses fatores forma a classe operária, moldando os valores, os costumes e os traços físicos e mentais, entre outras características, dos seus membros. Por isso, o comportamento da classe operária se difere nitidamente daquele das outras classes. As classes operária e camponesa estariam mais próximas entre si devido a fatores ocupacionais, econômicos e legais. Os traços das classes nos indivíduos vão depender do lapso de tempo de participação nelas, pois, quanto maior o período de integração, maior será o caráter de classe adquirido. Assim, o autor afirma que, nos últimos séculos, a história das sociedades ocidentais foi forjada a partir do papel desempenhado por essas classes e por seu antagonismo.

De acordo com Stavenhagen [1962]/(1979), existem alguns problemas envolvendo a definição de classes sociais e de estratificação social que merecem atenção, sendo eles: a) constatar se existem as classes sociais e a estratificação ou se são somente recursos abstratos usados pelo investigador para abordar a classificação na pesquisa social; b) determinar como são determinados os critérios empregados para estabelecer a estratificação; c) verificar se os indivíduos são hierarquizados de acordo com certos atributos individuais ou se a estratificação implica a hierarquização de grupos sociais; e d) questionar a relação entre a estratificação e a estrutura da sociedade.

O *prestígio social*, como a primeira incógnita que surge, pode ser estabelecido de diversas maneiras, em geral sendo definido de acordo com quem o analisa. Por isso, é difícil estabelecer uma definição unívoca para ele. Por outro lado, se o analista considera que a estratificação está ligada a critérios objetivos, nesse caso o problema está em conhecer esses critérios. De acordo com Stavenhagen (1979), geralmente os critérios utilizados nas pesquisas empíricas

são o montante de rendimentos, a origem dos rendimentos, a riqueza, a educação, o prestígio da ocupação, a área residencial, a raça ou a etnia, além de outros critérios secundários.

Nas pesquisas sobre o tema, o autor alerta para a necessidade de se atentar para a distinção entre os dados quantitativos e qualitativos. Para que a pesquisa tenha um nível de confiança maior, ele aponta ser importante o uso de diferentes critérios para definir as bases da estratificação. O autor também destaca a necessidade de se levantar hipóteses que sejam gerais, sendo para isso fundamental conhecer os indivíduos que participaram das coletas de informações. Alguns autores usam a pesquisa da estratificação social como o estudo dos sistemas de *status*. Apesar disso, o estudo do sistema de *status* só representa um dos aspectos do estudo da estratificação.

É necessário que não haja confusão na diferenciação entre as classes sociais e os estratos, já que os dois constituem fatores diferentes. Stavenhagen (1979) pontua que Max Weber faz a distinção da sociedade de acordo com três dimensões: a ordem econômica, a ordem social e a ordem política. Cada uma dessas dimensões possui uma estratificação própria. Segundo ele, um indivíduo pode pertencer a vários estratos, mas somente a uma classe.

O conceito de classes já foi utilizado como sinônimo de estratos, na visão de Cox (1959). A partir disso, os sociólogos podem distinguir diferentes classes segundo o setor específico da estrutura social. Ainda em Stavenhagen (1979), é descrito que Goldschmidt aponta seis tipos de classes, sendo elas: a) as classes definidas; b) as classes culturais; c) as classes econômicas baseadas nas relações com os meios de produção; d) as classes políticas estabelecidas com respeito ao poder dentro da comunidade; e) as classes que se autoidentificam segundo seu prestígio; e f) as classes de participação segundo as relações que se estabelecem entre seus membros. Para o autor, esses sistemas de estratificação exercem relações diferentes com a estrutura social.

Dos elementos citados anteriormente, os únicos que mantêm relação com a estrutura social são as classes políticas e as classes econômicas, mas as classes econômicas estão baseadas na relação com os meios de produção e não constituem precisamente uma estratificação.

Para que o fenômeno da estratificação social adquira aspectos dinâmico e estrutural, é necessário que estes estejam ligados à estrutura de análise das classes sociais. Logo, é preciso se atentar ao fator da mobilidade social. De acordo com Stavenhagen (1979), os estudos sobre mobilidade social podem levar a seis tipos distintos de análise: a) a descrição da mobilidade vertical total da sociedade; b) o estudo especial do movimento em direção às posições de elite na

sociedade; c) os efeitos da mobilidade sobre as atitudes de classe e a consciência de classe, particularmente da classe trabalhadora; d) o efeito das atitudes e dos atributos pessoais, ou do sistema de educação, sobre as possibilidades que tem um indivíduo para efetuar um movimento; e) o efeito da mobilidade sobre o indivíduo para efetuar um movimento; e f) o efeito da mobilidade sobre o indivíduo. Como ressaltado pelo autor, por causa das análises omissas, existem estudos que estariam desatualizados ou incertos.

O conceito de classe só adquire valor analítico como parte de uma teoria de classes. E, para além do conceito analítico, classe deve ser tomada como um fenômeno real, o que lhe garante o seu valor analítico. Ademais, as classes têm caráter categórico histórico, bem como são fenômenos mutáveis e representam as contradições principais de cada sociedade. Não menos essencial, as classes nascem de determinadas condições estruturais e constituem elementos estruturais na sociedade.

O conceito de classe se altera de acordo com o teórico que a fundamenta. As relações entre as classes podem ser de vários tipos, destacando-se aqueles que são considerados fundamentais ou estruturais. As relações entre elas são assimétricas e divergentes, definindo-as como classe exploradora ou classe explorada. Com isso, as classes apresentam duas fases, a consciente e a não consciente. No primeiro caso, ela se constitui estritamente como classe e com respeito a outra classe social. No segundo caso, há o processo de conscientização de si mesma, dos seus interesses e das suas ações. Essa mudança depende de múltiplos fatores.

As revoluções sociais são, por sua vez, a luta para a mudança do poder de uma classe para outra. De acordo com Stavenhagen (1979), autores como Gurvitck e mesmo Sorokin, consideram que as classes são fenômenos novos, advindos da Revolução Industrial; todavia, é difícil definir quantas delas existem. Por causa dessa definição inexata, os pesquisadores têm dificuldade para lidar com as classes médias. Outro problema relevante é que são estipuladas várias classes médias.

De acordo com Bourdieu [1966]/(2007), as estratificações pertencem à superestrutura da sociedade e podem ser consideradas como a aparência de uma estrutura social, cuja essência real é a estrutura de classes. Mas, apesar de tudo, é necessário analisar a estrutura social levando em consideração como o sistema de relações entre as classes se mantém e como é efetuada a manutenção desse processo, tendo em vista que a situação das classes pode ser definida como a posição mediante o sistema de relação de produção. Com base nesse pressuposto, as especificações que uma classe poderá receber de um sistema interrelacional podem estabelecer analogias falsas e omitir as analogias que seriam reais.

Quando se colocam juntos indivíduos de localidades diferentes, ainda que pertencentes a mesma classe, eles podem apresentar características diferentes na relação social, econômica e cultural, e isso se dá pelas diferenças da estrutura que cada um ocupa. A exemplo disso, a classe média no campo é diferente da classe média em um centro urbano. Assim, Bourdieu (2007) nos alerta para que a análise de tais classes ou grupos seja feita com a característica de não finalizada ao se analisar condições de comparabilidade das “partes” de estruturas diferentes e da validade das leis gerais da Sociologia. Portanto, a posição de um indivíduo ou de um determinado grupo na estrutura não pode ser definida por um ponto de vista estático e imóvel. É de suma importância compreender a trajetória desse sujeito inserindo-o no seu contexto real, uma vez que as suas trajetórias reais nos sentidos ascendente e descendente devem ser analisadas.

O rigor que é encontrado nas classes médias manifestado por meio da educação utilitarista, rígida e repressiva apresenta uma afinidade estrutural com o sistema ético e religioso que exalta o trabalho, o esforço, a seriedade, a moderação e a poupança. Pode-se afirmar que a classe média demonstra com mais rigor características meritocráticas (Bourdieu, 2007).

Em conjunto, é necessário analisar as classes sociais não só pelas suas posições estruturais, mas pelo seu peso funcional em uma estrutura. Os grupos constitutivos dessas sociedades, ou as classes, são classificações abstratas enquanto as categorias não refletirem a estruturação, que não pode ser descoberta em sistemas concretos.

Todos os traços que Weber (1978) atribui ao grupo de *status* pertencem à ordem simbólica. As classes se diferenciam segundo sua relação com a produção e a aquisição de bens, e os grupos de *status* com seu consumo, que se fortalece por intermédio dos estilos de vida. Os traços mais prestigiosos são aqueles que diferenciam os grupos e que deixam clara a posição da qual eles advêm. Por isso, os grupos de *status* impõem aos que querem fazer parte deles os modelos de comportamento e a maneira correta de sua execução. Estes processos possuem valor inclusivo e exclusivo, transparecendo uma função social de associação e dissociação, excluindo os elementos que exprimem ou possam exprimir desvios.

Assim que um signo distintivo se torna popular, o mesmo é trocado por outro signo a fim de que este último traga destaque. A busca por distinção pressupõe o domínio das regras, que são monopólios cultivados em sociedade. Esse domínio demanda tempo, então a posição no sistema de produção de quem deseja dominar tais regras é relevante, pois é gradual.

Apesar dos diferentes segmentos utilizados para se efetivar o esforço de análise do que sejam as classes sociais, fica nítido o caráter inclusivo e ex-

clusivo que as definições incorporam, independentemente do autor. Contudo, ainda existe a necessidade de mais estudos para que o fenômeno das classes seja mais bem compreendido, haja vista que as classes sociais não se resumem apenas ao poder aquisitivo e econômico. Em relação à estratificação social, existem vários estudos que apontam diferentes características que fomentam essa divisão social.

FORMAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Existem diferentes formas de estratificação social. Apesar de o senso comum associar o processo de estratificação aos padrões econômicos, esse processo pode ser pautado em características que variam desde relações econômicas até processos que envolvam a aquisição de capital cultural e de *status*. Um exemplo claro desse acontecimento pode ser encontrado no trabalho de Elias e Scotson (1965), no qual os autores descrevem a relação entre dois grupos sociais conhecidos como estabelecidos e *outsiders* (em português, algo como “estrangeiros”, “estranhos”). Os estabelecidos são os indivíduos que moram em determinado lugar há mais tempo, enquanto os *outsiders* (vizinhos) moram na mesma região, mas estão nela há menos tempo. Os estabelecidos se veem e agem como se fossem pessoas superiores em relação ao outro grupo, que muitas vezes é hostilizado e ignorado.

Os *outsiders* aceitam essa situação. Esse processo se mantém por meio das fofocas que conservam as relações ali firmadas. Determinados comentários e fofocas podem ser descritos como depreciativos ou elogiosos. De certa forma, eles fomentam a manutenção da violência simbólica perpetuada neste contexto de encontro entre grupos e pessoas distintos.

Os estabelecidos desenvolveram estilos de vida em comum e viram esse estilo ser ameaçado pelos *outsiders*. A estigmatização também é perpetuada mediante termos próprios que os estabelecidos encontraram para se referirem aos *outsiders*. O estereótipo de “sujo” ou de “inumano” é utilizado com frequência. Todavia, essa estigmatização no relacionamento entre eles é fantasiosa, posto que criada principalmente pelo recorte dominante. Esse processo se perpetua geracionalmente e, aparentemente, é legitimado por ambas as partes.

Portanto, até o tempo de permanência em determinado local pode ser utilizado como forma de se dividir e escalonar os indivíduos que pertencem a certa coletividade. Outra forma bastante estudada de diferenciação social é o prestígio ocupacional. Treiman (1994) demonstra que os estratos e as divisões sociais possuem percepções bastante parecidas em relação à hierarquia de

prestígio, constatando que existe uniformidade nas hierarquias ocupacionais do planeta. Por corolário, existem certas ocupações que possuem prestígio em detrimento de outras, e essa percepção é quase comum em todas as sociedades.

Complementando o exposto anteriormente, Goldthorpe e Hope (1994) destacam que são vários os atributos que diferenciam os atores sociais. O que eles têm em comum é o significado simbólico da função. As posições de prestígio não derivam diretamente dos atributos de um papel ou uma coletividade, mas sim da maneira como alguns desses atributos são percebidos e avaliados de alguma forma culturalmente determinada. Isso ocorre porque as relações dependem da consciência coletiva e de sua legitimação. As classificações utilizam ideias abstratas, como a consideração de desejável.

Em relação ao capital cultural, Chan e Goldthorpe (2005) apresentam o argumento *onívoro-unívoro*. Esse argumento busca assimilar a diferenciação cultural como mapeamento próximo da estratificação social. Esse mapeamento não funciona como sendo da elite para a massa. Em vez disso, ele afirma que o consumo cultural de indivíduos em estratos sociais mais altos, por ser maior, é mais amplo. Os indivíduos de estratos sociais altos são onívoros por terem acesso a diferentes fontes e as consumirem de forma simultânea, ao passo que os estratos sociais baixos são unívoros por consumirem fontes de locais restritos.

Outro tópico bastante explorado é o capital social. Um dos primeiros autores a trabalhar com o tema de modo sistemático foi Bourdieu (1986), definindo-o como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (p. 248). No entanto, Portes (2000) vai mais além e decompõe essa definição em dois elementos: primeiramente, “a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos” (p. 135).

Burt (1992), por sua vez, vê o capital social como os “amigos, colegas e contatos mais gerais através dos quais acedemos a oportunidades de utilização do próprio capital financeiro ou humano” (p. 9, tradução nossa).⁷ Diferentemente dos autores citados anteriormente, ele destaca a não necessidade de haver redes de relações densas. Para este autor, os buracos estruturais são o fator que facilita a mobilidade individual.

Apesar das várias definições destinadas a essa temática, os autores concordam com que o capital social é o processo de aquisição ligado às redes

7 [...] friends, colleagues, and more general contacts through whom you receive opportunities to use your financial and human capital (Burt, 1992, p. 9).

sociais ou às estruturas sociais e que a fonte desse tipo de capital reside na estrutura de suas relações. Os outros (atores sociais que estão incluídos na rede de contato do indivíduo. Exemplo, amigos, familiares, conhecidos) são as fontes dos benefícios. Logo, o motivo para tornar certos recursos disponíveis é infinito (Portes, 2000).

Portes (2000) também destaca os efeitos negativos que o capital social pode acarretar: a exclusão dos não membros, as exigências excessivas aos membros de determinado grupo, as normas de nivelação descendente e as restrições a certos tipos de liberdade individual.

No trabalho de Lin (1999) é apresentada a premissa de que o capital social em relação ao acesso e à mobilização de recursos aumenta as chances de se alcançar melhores *status*. A autora chega à conclusão de que o capital social mobilizado influencia diretamente o resultado do *status*, além de que o capital social do indivíduo é afetado por outros capitais sociais que ele consegue atingir juntamente com o capital social que é atribuído e os *status* alcançados. Quando o capital social é alto, o *status* atingido será alto, independentemente do nível de capital humano; e, quando o capital social é baixo, o capital humano exerce um forte efeito sobre a realização.

Ademais, é importante comentar que o tema capital social também possui trabalhos desenvolvidos de forma aplicada. Erickson (2001) explora o capital social no contexto empresarial, no qual os empregados o utilizam para aumentar a produtividade, e os empregadores utilizam esse capital social individual e o transformam em capital social organizacional. De acordo com o autor, o capital social é utilizado por aqueles indivíduos que ocupam cargos mais altos, como gerentes ou funcionários de nível superior, e não pelos que estão na base, portanto é necessário diferenciar aqueles que ofertam serviços daqueles que os negociam. O capital social é visto como qualificação, e boas redes podem potencializar a ascensão e, por isso, há uma relação de disparidade entre os polos *empregados* e *empregadores* quando o assunto é a exploração do capital social.

Além dos fatores já apresentados, o *status* também é uma forma bastante comum de diferenciação social e de escalonamento. No estudo de Turner (1960) são analisados dois tipos de ascendência, que são pautados em dois países diferentes: a Inglaterra e os Estados Unidos. O autor relata ser visivelmente evidente o fato de cada país possuir sua própria cultura de organização, que no artigo foi denominada mobilidade patrocinada (Inglaterra) e mobilidade de concurso (EUA).

No estudo, Turner (1960) explica que, na mobilidade patrocinada os aspirantes são escolhidos pela elite estabelecida e seus agentes, e o *status* de elite é

dado de acordo com algum critério de suposto mérito e não lhe pode ser tomado. A mobilidade ascendente é feita pelos membros antigos, os quais patrocinam os candidatos à ascensão. Portanto, os membros concedem ou negam a mobilidade de acordo com o julgamento feito sobre o candidato.

A mobilidade de concurso é um sistema onde o *status* de elite é um prêmio adquirido por intermédio de um concurso aberto e é alcançado mediante o esforço dos aspirantes. Essa mobilidade é governada por algumas regras de justiça e os competidores possuem ampla latitude nas alternativas empregadas. Como condição importante, essa mobilidade ascendente não está nas mãos da elite.

Todos os sistemas sociais precisam lidar com a lealdade de seus participantes ao próprio sistema. Por isso são estabelecidos valores e normas, a partir dos quais apenas alguns conseguem variar de classe. Os indivíduos são encorajados a trabalhar em prol do sistema visando a ascender socialmente, e essa visão futurística precisa ser mantida e administrada para ocultar a sensação de fracasso e de subserviência.

Ainda na pesquisa de Turner (1960), o sistema educacional é moldado de acordo com as normas de mobilidade ascendente. Segundo o autor, os gestores podem optar por duas alternativas: diretamente, cegando as pessoas para alternativas e colorindo julgamentos de soluções bem-sucedidas e malsucedidas para problemas educacionais recorrentes; e indiretamente, por meio das inter-relações não funcionais entre os sistemas escolares e a estrutura de classe. Assim, a escolarização se apresenta como uma oportunidade, e fazer uso dela dependeria principalmente da iniciativa e do empreendimento dos próprios estudantes.

Além das formas de desigualdades e de estratificação citadas anteriormente, é pertinente mencionar a desigualdade de gênero. Scott (2005) trabalha com conceitos que não possuem respostas definidas e não são simples de serem trabalhados, como os direitos individuais, a identidade de grupo, a igualdade e a diferença. Ela utiliza a premissa de que a questão da igualdade precisa ser entendida em termos de paradoxo. Trabalhar tais conceitos por meio do antagonismo é perder suas interconexões, pois é só a partir deste litígio que ocorrerão mais resoluções democráticas.

Em complemento, ela trabalha muito bem com o paradigma da igualdade que é constituído em torno do assunto. A autora discorre sobre os processos que envolvem a identidade, a obtenção de equidade e o pressuposto da igualdade.

Utilizando a premissa da desigualdade de gênero, Goldin e Rouse (2000) descrevem, como exemplo de um contexto, os impactos do gênero nos processos de seleção de músicos para uma orquestra, em especial para a seleção de mulheres. Após os relatos sexistas de escolha de membros para certas orquestras,

os avaliadores decidiram fazer processos de admissão às cegas, sem verem os candidatos e sem terem contato com o currículo dos participantes. O cerne da questão é: o processo de contratação se tornou mais imparcial com o uso das audições às cegas?

Constatou-se que no modo de seleção tradicional existia a distinção de gênero nas escolhas de músicos das orquestras acompanhadas e que um processo às cegas resultava em resultados um pouco maiores e mais favoráveis para a contratação feminina. Esse estudo demonstra dados interessantes sobre o desenvolvimento da participação feminina nas orquestras no decorrer de aproximadamente cinco décadas e a importância dos métodos imparciais (audição às cegas, por exemplo) de escolhas.

Em relação ao mercado de trabalho, Polachek e Siebert (1994) propõem a análise dos fatores que geram a desigualdade de gênero. Eles dividem as causas dessas desigualdades entre “lado da oferta” e “lado da demanda”, que correspondem sucessivamente às características que são geradas nos âmbitos familiar e educacional e às características geradas no sistema de contratação e no ambiente de trabalho.

No estudo desses autores é perceptível que, apesar de haver várias legislações respaldando o direito a salários sem distinções resultantes do gênero e à igualdade de condições no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero ainda diminuem vagarosamente ao longo dos anos. Como causa direta, as instituições podem ser vistas como as principais propagadoras desse processo.

Nesse contexto, England (1994) descreve que existem várias teorias sobre as diferenças socioeconômicas de gênero pautadas na segregação de empregos. Há teorias que se concentram na socialização do papel sexual para a escolha dos trabalhos típicos de acordo com o gênero, além de outras que associam essa diferença ao capital humano. Torna-se evidente que a segregação é perpetuada por determinados grupos que otimizam escolhas de ocupações com altas taxas de valorização, valorizando os homens em detrimento das mulheres.

Na área das pesquisas sobre as desigualdades raciais, Dias (2020) aborda a discriminação racial em dois mercados de trabalho brasileiros, especificamente no processo de contratação. Mediante a manipulação dos currículos e das fotos anexadas aos mesmos, foi possível quantificar os resultados por meio de uma abordagem experimental de campo. Foi demonstrado como a cor da pele, combinada com o histórico de classe, pode moldar os padrões de discriminação de contratação, e também como a cor da pele interage com os *status* de classe quando se prevê se os candidatos são bem-sucedidos ou mesmo se eles se esforçam para alcançar ocupações de nível básico. Nessa mesma linha, Reich (1994) já

esclarecia com detalhes que, no geral, os negros sofrem mais profundamente as mazelas do capitalismo.

Ribeiro (2006) propõe a reflexão sobre as desigualdades de oportunidade, instigando o pensamento de que elas são determinadas por preconceito de classe ou de raça. O autor analisa a desigualdade de oportunidades educacionais destacando-as como fato amplamente discutido, em que filhos de profissionais qualificados têm mais chances do que filhos de trabalhadores não qualificados de alcançar níveis educacionais mais altos, além das desigualdades de raça ainda existentes. Outros fatores relevantes são as características herdadas e o gênero.

O autor também destaca que, nas transições educacionais até a entrada no ensino médio, a desigualdade de classe é muito maior do que a de raça, ao passo que, para se completar um ano de universidade e se conseguir terminá-la, a desigualdade racial é quase tão grande quanto à de classe.

Para finalizar os estratos pesquisados, cabe referenciar a seletividade marital. Lichter e Qian (2019) apresentam estudos sobre o acasalamento seletivo e sua longa e distinta tradição na demografia familiar. Os autores explicam que a seleção de parceiros não seria ação aleatória e historicamente funciona de forma estruturada por oportunidades ou pela exposição a potenciais parceiros íntimos, por preferências individuais e por restrições de terceiros, que incluem normas e leis. O acasalamento seletivo ocorreria em praticamente todos os formatos de relacionamento e a evidência explícita é que os relacionamentos sexualmente íntimos de todos os tipos envolvem desproporcionalmente parceiros que compartilham características semelhantes, atribuídas e alcançadas.

No caso das pesquisas de Ribeiro e Silva (2009), os autores defendem que os indivíduos autoidentificados como pardos têm chances maiores de se casar com brancos do que com pretos, sugerindo que as distâncias separando brancos, pardos e pretos no mercado matrimonial não seriam equivalentes às distâncias mais estritamente socioeconômicas entre os grupos de cor, ou raciais, uma vez que as desigualdades existentes no sistema educacional e no mercado de trabalho indicam claramente que pardos estão bem mais próximos de pretos e que ambos os grupos estão em clara desvantagem em relação aos brancos. Relacionado a esses fatos, também é constatado o crescimento dos casamentos inter-raciais.

Com isso, os autores concluem que, entre 1960 e 2000, houve uma diminuição realmente significativa nas barreiras raciais e étnicas, facilitando o casamento entre pessoas brancas, pardas e pretas, bem como entre pessoas com níveis educacionais diferentes. Essa constatação não significa, no entanto, que as barreiras de cor e educacionais não existam mais, mas indica uma tendência à diminuição das obstruções históricas que elas impõem.

Por sua vez, estudo de Bruch e Newman (2018) propõe a análise empírica dos mercados de namoro heterossexual em quatro grandes cidades dos Estados Unidos, usando dados de um serviço de namoro *online*, gratuito e popular. Os autores demonstram que a competição por parceiros cria uma hierarquia pronunciada de conveniência, que se relaciona fortemente com a demografia do usuário e é notavelmente consistente nos lugares pesquisados.

Outros estudos que tratam das desigualdades e da estratificação social podem ser consultados. Por exemplo, o estudo de Kohn (1980) que descreve o impacto das ocupações sobre a personalidade dos trabalhadores; o trabalho de Wong e Penner (2016), que retrata a associação entre beleza e renda; o estudo de Mare (2011), que analisa as influências intergeracionais que ocorrem entre mais de duas gerações e o impacto na mobilidade social descendente; e, por fim, a pesquisa de Goldstein e Stecklov (2016) sobre o efeito da assimilação cultural mediante a análise dos nomes próprios para quantificar o sucesso econômico dos filhos da última grande onda de imigrantes nos Estados Unidos.

FUTURO RELEVANTE

Diversos estudos sociológicos procuram prever o futuro das desigualdades, seja no Brasil ou no mundo. De certa forma, as perspectivas anunciadas não são otimistas, visto que essas desigualdades de ordem estrutural e as formas de estratificação social servem de pilar fundamental para o funcionamento das sociedades que utilizam as classes sociais. A mudança de certas características sociais, isoladamente, não surtiria efeito substancial para o reordenamento social amplo e, embora haja alguma mudança focal, esta nem sempre é imediata.

A pesquisa de Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017) avalia o desenvolvimento da linha de pesquisa “Estratificação e Desigualdade Social” e os possíveis impactos na produção acadêmica brasileira. Os autores reforçam que, mesmo os estudos sobre estratificação social no país não sendo numerosos, eles se mostraram em consonância com os debates que estão acontecendo no âmbito internacional. Os autores enfatizam ainda a crescente mobilidade de curta distância baseada na renda e fazem menção aos temas de pesquisa que se mostraram atualizados e em consonância com as pesquisas de caráter internacional, em relação aos pontos de vista analítico e metodológico.

Apesar de não operar sozinho, o acesso a níveis educacionais elevados apresenta potencial para reduzir a desigualdade e a pobreza e tende a aumentar os níveis de mobilidade socioeconômica. Todavia, a educação não é só uma ferramenta econômica, posto que ela pode ser tida como um fim em si própria,

visando ao bem-estar individual e favorecendo até mesmo a organização social. Apesar de a educação ser importante para a fluidez e a dissociação entre origem e destino, Fernandes, Salata e Carvalhaes (2017) concordam com a premissa de que a educação separadamente não ocasionaria mudanças significativas, haja vista que

[...] o sistema educacional brasileiro não teria sido capaz de contribuir para uma redução das desigualdades ou de ampliação de oportunidades iguais aos cidadãos brasileiros, pelo contrário, a incipiente oferta de oportunidades educacionais aliou-se ao aparato educacional na reprodução da desigualdade e da discriminação sociocultural (Fernandes; Salata; Carvalhaes, 2017, p. 91-92).

Em outro estudo, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2020) buscaram responder se existem possibilidades de se alcançar uma redução da desigualdade de renda e da pobreza no Brasil em um prazo razoável, coincidindo com o acesso a níveis mínimos de educação para a população. Usando diversas variáveis diferentes, como nível educacional, rendimento e até mesmo período histórico, as simulações dos autores trouxeram resultados indicando que as reformas educacionais visando à redução das desigualdades sociais não produziriam efeitos consideráveis nos próximos anos. Embora mudanças sejam esperadas, os autores apontam que a atenção está na magnitude de tais mudanças.

Após várias simulações, os autores constataram que a desigualdade no Brasil, mesmo com o acesso mínimo à educação, seria maior que a existente na maioria dos países da América Latina. Fornecer o mínimo, que corresponde à educação primária, como fator isolado, portanto, não garantiria mudanças realmente significativas nas desigualdades, uma vez que o resultado seria praticamente irrelevante em curto prazo. Os autores justificam que estimar os efeitos de políticas públicas na educação é tarefa difícil, pois a criação de políticas educacionais não significa resultados individuais positivos automaticamente para toda a população. Uma expansão educacional condizente com a necessidade real pode acarretar a perda de qualidade do ensino ofertado, pelo menos no período de transição, afetando o rendimento dos estudantes e na qualidade do ensino; ressoando com a origem social dos estudantes, a oferta de um ensino com baixa qualidade, pode acarretar desigualdades sociais fundamentadas em habilidades (Medeiros; Barbosa; Carvalhaes, 2020).

Adicionalmente, continuam os autores, o acesso em curto prazo a uma educação melhor, não significa necessariamente salários melhores, visto que, as recompensas atreladas a esse fator não são automáticas. Com isso, é gerada a terceira questão: essa expansão educacional pode originar diversas respostas

por parte do mercado de trabalho. De certa forma, pode ocorrer o declínio do valor da educação devido ao retorno crescente ou também pode acarretar em maior competitividade dos que estão mais propensos a perder suas vantagens em resposta a essa expansão educacional.

Contudo, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2020) deixam claro que o propósito da pesquisa por eles conduzida é apresentar cenários irreais para testar como seriam essas mudanças em situações otimistas e, por isso, não apresentam estimativas realistas do que a educação pode fazer, mas aquilo que ela não pode fazer mesmo em situações favoráveis. Por essas razões, é ressaltada a necessidade de se atentar a uma possível defasagem técnica de modelos para que ocorra um providencial aprimoramento técnico e teórico. Os autores finalizam o estudo apontando um conjunto de áreas como promissoras, sendo algumas delas as áreas da distribuição de rendimentos, dos efeitos da mobilidade econômica e da estratificação educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado neste trabalho, as desigualdades e os diferentes modelos de estratificação persistem por meio de diversos pilares estruturais na sociedade. É possível asseverar que os padrões econômicos não são a única forma de diferenciação social existente. A partir das constatações feitas ao longo do presente artigo, torna-se nítido como a área de estudos e de pesquisa das estratificações evolui continuamente com a realização de novas abordagens e apresenta subsídios importantes para a formulação de políticas públicas.

Existem vários trabalhos sobre o tema e essas produções norteiam diferentes sistemas de organização, bem como transitam por múltiplas características que podem ser utilizadas como diferenciadores sociais. As pesquisas sobre estratificação e desigualdades se avolumaram ao longo do século passado e apresentam um vasto material que hoje se encontra disponível para consulta de forma prática.

Em relação ao âmbito de pesquisas nacionais, existe uma perspectiva positiva acerca das pesquisas a serem produzidas, apesar de serem necessários o desenvolvimento e a utilização de modelos analíticos de dados, como, por exemplo, a utilização de dados de painel para o desenvolvimento compreensível da estruturação das desigualdades sociais ou a utilização de desenhos de estudos mais sofisticados no que tange a situações que podem ou não ser experimentais. Por fim, o investimento feito especificamente nas pesquisas sobre desigualdades e estratificação permite dar maior clareza quanto à efetividade da interven-

ção em determinadas áreas para que haja possibilidades reais de melhorias nas estruturas sociais, especialmente na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. Igualdade e desigualdade. In: BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 2001, p. 95-110.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John George (Org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1966-2007, p. 3-25.
- BRUCH, Elizabeth; NEWMAN, Mark. Aspirational pursuit of mates in online dating markets. **Science Advances**, v. 4, n. 8, eaap9815, 2018. DOI: 10.1126/sciadv.aap9815.
- BURT, Ronald. **The Structural Holes: The Social Structure of Competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- CHAN, Tak Wing; GOLDTHORPE, John. The Social Stratification of Theatre, Dance, and Cinema Attendance. **Cultural Trends**, v. 14, p. 194-201, 203-205, 207-208, 211-212, set. 2005.
- COX, Oliver Cromwell. **Caste, Class, and Race: A study in Social Dynamics**. – 2ª ed. – New York: Monthly Review Press, 1959.
- DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert. Some Principles of Stratification. **American Sociological Review**, v. 10, n. 2, p. 242-249, 1945.
- DIAS, Felipe. How skin color, class, status, and gender intersect in the labor market: Evidence from a field experiment. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 65, 2020. DOI: 10.1016/j.rssm.2020.100477.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves; revisão da tradução de Eduardo Brandão. – 3ª ed. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENGLAND, Paula. Wage Appreciation and Depreciation: A Test of the Neoclassical Economic Explanations of Occupational Sex Segregation. In: GRUSKY, David;

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 1994, p. 590-604.

ERICKSON, Bonnie. Good Networks and Good Jobs: The Value of Social Capital to Employers and Employees. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald (Orgs.). **Social Capital: Theory and Research**. New York: Aldine de Gruyter, 2001, p. 127-158.

FERNANDES, Danielle Cireno; SALATA, André Ricardo; CARVALHAES, Flavio. Desigualdades e estratificação: analisando sociedades em mudança. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org.). A Sociologia Brasileira e suas interfaces contemporâneas (Parte 1). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 86-112, set.-dez. 2017.

GOLDIN, Claudia; ROUSE, Cecilia. Orchestrating impartiality: The Impact of Blind Auditions on Female Musicians. **American Economic Review**, V. 90, p. 715-726, 734-738, 740-741, 2000.

GOLDSTEIN, Joshua; STECKLOV, Guy. From Patrick to John F.: Ethnic Names and Occupational Success in the Last Era of Mass Migration. **American Sociological Review**, v. 81, p. 85-106, 2016. DOI: 10.1177/0003122415621910.

GOLDTHORPE, John; HOPE, Keith. Occupational Grading and Occupational Prestige. In: GRUSKY, David; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 1994, p. 212-218.

KOHN, Melvin L. Job complexity and adult personality. In SMELSER, Neil; ERICKSON, Erik Homburger (Orgs.). **Themes of Work and Love in Adulthood**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980-1981, p. 193-210.

LICHTER Daniel; QIAN, Zhenchao. The Study of Assortative Mating: Theory, Data, and Analysis. In: SCHOEN, Robert (Org.). **Analytical Family Demography - The Springer Series on Demographic Methods and Population Analysis**. v. 47. Springer: Cham, 2019, p. 303-337. DOI: 10.1007/978-3-319-93227-9_13.

LIN, Nan. Social Networks and Status Attainment. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 467-487, 1999.

LINS, Fabiano Mendes. **O instituto da imunidade parlamentar material revisado: Os casos Jair Bolsonaro versus Maria do Rosário e Laerte Bessa versus Rodrigo Rollemberg**. 2018. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21629>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MARE, Robert. A Multigenerational View of Inequality. **Demography**, v. 48, p. 1-23, 2011. DOI: 10.1007/s13524-011-0014-7.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério Jerônimo; CARVALHAES, Flavio. Educational Expansion, Inequality and Poverty Reduction in Brazil: A Simulation Study. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 66, April 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2019.100458>. Acesso em: 26 jul. 2022.

POLACHEK, Solomon; SIEBERT, Stanley. Gender in the Labor Market. In: GRUSKY, David; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.) **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, p. 583-589, 1994.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. Tradução de Frederico Ágoas e revisão técnica por Rui Santos e Maria Margarida Marques. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.

REICH, Michael. The Economics of Racism. In: GRUSKY, David; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.) **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, p. 469-474, 1994.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SILVA, Nelson do Valle. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 e 2000. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. Tradução de Jó Klanovicz e Susana Bornéo Funk. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SOROKIN, Pitirim A. O que é uma classe social? In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; BERTELLI, Antonio Roberto (Orgs.) **Estrutura de classes e estratificação**. Tradução de Luiz Antônio Machado da Silva. Rio de Janeiro, Zahar, 1947-1979, p. 84-93.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; BERTELLI, Antônio Roberto (Orgs.) **Estrutura de classes e estratificação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962-1979, p. 133-170.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** – Coleção Oficinas da História - Vol. 5. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TREIMAN, Donald. Occupational prestige in comparative perspective. In: GRUSKY, David; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.) **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, p. 208-211, 1994.

TURNER, Ralph. Sponsored and Contest Mobility and the School System. **American Sociological Review**, v. 25, p. 855-856, 859-862, 865-866, 1960.

WEBER, Max. Class, Status. In: WEBER, Max. **Max Weber: Essays in Sociology**. Translated, edited, and with an introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills. New York, Oxford University Press, 1946, p. 180-195.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley: University of California Press, 1978.

WONG, Jaclyn; PENNER, Andrew. Gender and the returns to attractiveness. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 44, p. 113-123, 2016.